RESUMO

Refletir o desenvolvimento do povo negro no Brasil e as políticas de acesso são intrinsecamente ligados à questão da representatividade e inclusão em diversas esferas da sociedade, especialmente em contextos educacionais e profissionais. O conceito de povo negro é uma metáfora frequentemente utilizada para descrever situações em que indivíduos ou grupos minoritários enfrentam obstáculos sistemáticos ou discriminatórios ao tentar acessar oportunidades, seja no campo acadêmico, no mercado de trabalho ou em outras áreas da vida social. No âmbito educacional, as políticas de acesso referem-se a medidas adotadas para promover a igualdade de oportunidades e reduzir disparidades socioeconômicas, étnicas e de gênero no acesso à educação. No entanto, apesar dos esforços para promover a inclusão, ainda existem muitos desafios e barreiras que impedem o pleno acesso e participação de grupos minoritários, incluindo pessoas negras. Diante desse cenário, políticas de acesso eficazes devem ser implementadas e fortalecidas para enfrentar esses desafios de forma abrangente e sistêmica. Isso inclui a adoção de medidas afirmativas, como cotas raciais e programas de bolsas de estudo destinados a estudantes negros, bem como a promoção de ambientes inclusivos e livres de discriminação nas instituições educacionais. Além disso, é fundamental investir em políticas públicas que visem reduzir as desigualdades socioeconômicas e garantir o acesso equitativo à educação de qualidade para todos os indivíduos. Para enfrentar esses desafios, políticas de acesso eficazes devem ser implementadas e fortalecidas. Isso inclui a adoção de medidas afirmativas, como cotas raciais em universidades e programas de bolsas de estudo destinados a estudantes negros de baixa renda. Neste artigo discutiremos a importância das políticas de acesso educacional para a população negra e o impacto disso na luta por reparação histórica por meio de revisão bibliográfica de autores GOMES (2020), MUNANGA (2006), RATTS (2006), QUIJANO (2005) entre outros.

Palavras-chave: Educação; Políticas de reparação; Cotas Raciais.

ABSTRACT

Reflecting on the development of the black population in Brazil and access policies are intrinsically linked to the issue of representation and inclusion in various spheres of society, especially in educational and professional contexts. The concept of the black population is a metaphor frequently used to describe situations in which individuals or minority groups face systematic or discriminatory obstacles when trying to access opportunities, whether in academia, the job market, or other areas of social life. In the educational realm, access policies refer to measures adopted to promote equal opportunities and reduce socioeconomic, ethnic, and gender disparities in accessing education. However, despite efforts to promote inclusion, there are still many challenges and barriers that prevent full access and participation of minority groups, including black people. Faced with this scenario, effective access policies must be implemented and strengthened to address these challenges comprehensively and systematically. This includes adopting affirmative action measures, such as racial quotas and scholarship programs for black students, as well as promoting inclusive environments free from discrimination in educational institutions. Additionally, it is essential to invest in public policies aimed at reducing socioeconomic inequalities and ensuring equitable access to quality education for all individuals. To address these challenges, effective access policies must be implemented and strengthened. This includes adopting affirmative action measures, such as racial quotas in universities and scholarship programs for low-income black students. In this article, we will discuss the importance of educational access policies for the black population and the impact of this on the struggle for historical reparations through a bibliographic review of authors GOMES (2020), MUNANGA (2006), RATTS (2006), QUIJANO (2005), among others.

Keywords: Education. Reparation policies. Racial quotas.

1. INTRODUÇÃO

Refletir o desenvolvimento do povo negro no Brasil e as políticas de acesso são intrinsecamente ligados à questão da representatividade e inclusão em diversas esferas da sociedade, especialmente em contextos educacionais e profissionais. O conceito de povo negro é uma metáfora frequentemente utilizada para descrever situações em que indivíduos ou grupos minoritários enfrentam obstáculos sistemáticos ou discriminatórios ao tentar acessar oportunidades, seja no campo acadêmico, no mercado de trabalho ou em outras áreas da vida social.

No âmbito educacional, as políticas de acesso referem-se a medidas adotadas

para promover a igualdade de oportunidades e reduzir disparidades socioeconômicas, étnicas e de gênero no acesso à educação. No entanto, apesar dos esforços para promover a inclusão, ainda existem muitos desafios e barreiras que impedem o pleno acesso e participação de grupos minoritários, incluindo pessoas negras. Diante desse cenário, políticas de acesso eficazes devem ser implementadas e fortalecidas para enfrentar esses desafios de forma abrangente e sistêmica. Isso inclui a adoção de medidas afirmativas, como cotas raciais e programas de bolsas de estudo destinados a estudantes negros, bem como a promoção de ambientes inclusivos e livres de discriminação nas instituições educacionais. Além disso, é fundamental investir em políticas públicas que visem reduzir as desigualdades socioeconômicas e garantir o acesso equitativo à educação de qualidade para todos os indivíduos, independentemente de sua origem étnica ou racial.

Logo, as políticas de acesso destacam a importância de enfrentar as desigualdades estruturais e promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos. A superação desses desafios requer um compromisso coletivo e contínuo com a justiça social e a promoção dos direitos humanos, garantindo que todas as pessoas tenham acesso igualitário a uma educação de qualidade e às oportunidades que ela proporciona.

Desta forma, destaca-se Instituições educacionais em áreas predominantemente negras muitas vezes enfrentam falta de financiamento adequado, infraestrutura precária e recursos limitados, o que resulta em uma qualidade de educação inferior em comparação com escolas localizadas em áreas de maioria branca. Assim como, estudantes negros muitas vezes enfrentam discriminação racial dentro das escolas, seja por parte de colegas, professores ou administradores. Isso pode levar a um ambiente escolar hostil e desmotivador, afetando negativamente o desempenho acadêmico e o bem-estar emocional dos estudantes negros. Sem deixar de mencionar a falta de representação de figuras negras na história, literatura e currículo escolar contribui para uma sensação de alienação e invisibilidade entre os estudantes negros. Isso pode impactar sua identidade cultural e autoestima, afetando seu engajamento e sucesso acadêmico.

Entretanto, outras reflexões são fundamentais, famílias negras muitas vezes enfrentam dificuldades financeiras que limitam seu acesso a recursos educacionais, como materiais didáticos, aulas particulares e atividades extracurriculares. Isso pode resultar em disparidades no desempenho acadêmico e na capacidade de acessar instituições de ensino superior. Para enfrentar esses desafios, políticas de acesso eficazes devem ser implementadas e fortalecidas. Isso inclui a adoção de medidas afirmativas, como cotas raciais em universidades e programas de bolsas de estudo destinados a estudantes negros de baixa renda. Além disso, é essencial investir em programas de apoio acadêmico e orientação para garantir que os estudantes negros tenham acesso a recursos e oportunidades que promovam seu sucesso educacional e profissional. Neste artigo discutiremos a importância das políticas de acesso educacional para a população negra e o impacto disso na luta por reparação histórica por meio de revisão bibliográfica de autores como: GOMES (2020), MUNANGA (2006), RATTS (2006), QUIJANO (2005), KILOMBA (2020), entre outros.

2. A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS REPARATÓRIAS A FIM DE SUPRIMIR AS DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL

A história mostra que as comunidades negras enfrentaram e ainda enfrentam inúmeras dificuldades no acesso à educação de qualidade. Desde os tempos da escravidão, quando era proibido para os negros aprenderem a ler e escrever, até os dias atuais, em que persistem disparidades na qualidade da educação oferecida em áreas predominantemente negras em comparação com áreas de maioria branca. Essas disparidades contribuem para perpetuar ciclos de desigualdade e reprodução de privilégios, afetando negativamente o desenvolvimento social e econômico das comunidades negras. Além das barreiras estruturais, políticas e econômicas, há também questões culturais e sociais que influenciam o acesso à educação para pessoas negras. Estereótipos, preconceitos e discriminação racial ainda persistem em muitas instituições educacionais, criando ambientes hostis e desencorajadores para estudantes negros. A falta de representatividade nas instituições educacionais e nos materiais didáticos também pode impactar negativamente a autoestima e o desempenho acadêmico dos estudantes negros, dificultando ainda mais seu acesso e sucesso na educação.

Além disso, é fundamental promover uma cultura de inclusão e diversidade nas instituições educacionais, incentivando o respeito mútuo, a celebração da diversidade e o reconhecimento das contribuições das comunidades negras para a sociedade. Isso pode ser alcançado por meio da inclusão de conteúdos que abordem a história, cultura e realizações dos povos negros no currículo escolar, bem como o recrutamento e retenção de educadores negros.

2.1 A DESIGUALDADE RACIAL NO BRASIL E AUSÊNCIA DE REPRESENTATIVIDADE.

Desde o período da chegada dos por-

tugueses às terras brasileiras a educação se construiu como uma importante ferramenta para formação de um tipo de sociedade. A educação oferecida no Brasil Colônia, por exemplo, tinha como objetivo a modelação dos povos nativos para se adequar aos modos europeus e inclui-lo em uma lógica de trabalho escravizado, bem como destinava-se a trazer novos fieis para o catolicismo. Já a educação destinada aos colonos se direcionava para a preservação dos valores morais e religiosos. Ao passo que excluía os escravizados. (SALES e PASSO, 2018)

A desigualdade racial no Brasil é uma realidade complexa e profundamente enraizada na história e na estrutura social do país. Desde os tempos da colonização, a população negra e afrodescendente enfrentou sistemáticas formas de discriminação e exclusão, resultando em disparidades socioeconômicas significativas que persistem até os dias de hoje. Um dos legados mais marcantes da escravidão no Brasil é a herança de desigualdades raciais que ainda permeia a sociedade. Durante séculos, os negros foram submetidos à escravidão, privados de seus direitos básicos e tratados como propriedade. Mesmo após a abolição formal da escravatura em 1888, as comunidades negras enfrentaram enormes desafios para conquistar sua emancipação econômica, social e política.

Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e consequentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população (QUIJANO, 2005 p.227)

Desta forma, a opressão racial deixou marcas profundas na estrutura social brasileira, refletindo-se em diversas áreas, como educação, emprego, renda, moradia, acesso à saúde e justiça. Estudos e indicadores socioeconômicos demonstram consistentemente que pessoas negras têm menor acesso a oportunidades e serviços em comparação com pessoas brancas. Por exemplo, os índices de desemprego entre a população negra são mais altos, os salários são menores e a representação em cargos de liderança e tomada de decisões é significativamente inferior. Além das disparidades econômicas, a desigualdade racial também se manifesta em formas mais sutis de discriminação e racismo. O preconceito racial é uma realidade cotidiana para muitos brasileiros negros, que enfrentam discriminação em suas interações sociais, no acesso a serviços e oportunidades, e até mesmo em sua integridade física e emocional.

É importante destacar que a desigualdade racial no Brasil não é apenas uma questão de renda ou status socioeconômico, mas também está enraizada em questões estruturais e culturais. O racismo estrutural permeia as instituições e práticas sociais, reproduzindo padrões de exclusão e marginalização que perpetuam a desigualdade racial ao longo do tempo.

Não é com o sujeito negro que estamos lidando, mas com as fantasias brancas sobre o que a negritude deveria ser. Fantasias que não nos representam, mas, sim o imaginário branco. (KILOMBA, 2020, p.38)

Portanto, a desigualdade racial no Brasil é um tema intrincado que permeia diversas esferas da sociedade, desde o acesso à educação e emprego até a representatividade nas instituições públicas e privadas. A ausência de representatividade é uma das manifestações mais evidentes dessa desigualdade, refletindo a sub-representação e marginalização sistemáticas das comunidades negras em espaços de poder e influência. Em um país onde mais da metade da população se autodeclara negra ou parda, a falta de representatividade é uma questão que transcende o âmbito político e se estende para outras áreas, como a mídia, o mercado de trabalho e a cultura. Nas esferas política e institucional, por exemplo, a sub-representação de pessoas negras é alarmante, com pouca presença em cargos de liderança e tomada de decisões. Isso resulta em políticas públicas que muitas vezes ignoram as necessidades e realidades das comunidades negras, perpetuando assim a desigualdade racial.

Na mídia e na cultura, a ausência de representatividade também é notória. As imagens veiculadas na televisão, cinema e publicidade frequentemente retratam uma visão distorcida e estereotipada das comunidades negras, contribuindo para a perpetuação de preconceitos e estigmas. Além disso, a falta de oportunidades para profissionais negros nessas áreas limita a diversidade de vozes e perspectivas, reforçando narrativas dominantes que excluem e silenciam as vozes negras. No mercado de trabalho, as disparidades raciais também são evidentes. Estudos mostram que pessoas negras têm menor acesso a oportunidades de emprego e são mais propensas a ocupar posições precárias e mal remuneradas. A falta de representatividade em cargos de liderança e alta gerência perpetua essas disparidades, criando um ciclo de exclusão e marginalização que afeta negativamente o desenvolvimento econômico e social das comunidades negras.

Sendo assim, mediante a esse cenário, é fundamental implementar políticas que promovam a igualdade racial e garantam a representatividade das comunidades negras em todas as esferas da sociedade, conforme GOMES (2020). Isso inclui a adoção de medidas afirmativas, como cotas raciais em universidades e empresas, bem como o fortalecimento de programas de inclusão e diversidade. Além disso, é essencial investir na educação e conscientização sobre questões raciais, combatendo o racismo estrutural e promovendo uma cultura de respeito e inclusão. Logo, a desigualdade racial no Brasil e a ausência de representatividade são desafios urgentes que exigem uma resposta coletiva e abrangente. Somente através do reconhecimento e enfrentamento dessas questões podemos construir uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva para todas as pessoas, independentemente da sua cor da pele.

2.2 POLÍTICAS DE REPARAÇÃO HISTÓRICA COMO FORMA DE COMBATER O RACISMO.

Enfrentar a desigualdade racial no Brasil requer uma abordagem multifacetada e comprometida com a justiça social e a igualdade de oportunidades. Isso inclui a implementação de políticas públicas que promovam a inclusão e a diversidade, o fortalecimento das leis de combate à discriminação racial, o investimento em educação e conscientização sobre questões raciais, e o empoderamento das comunidades negras para que possam lutar por seus direitos e enfrentar o racismo em todas as suas formas. É reconhecido que somente através de um esforço conjunto e contínuo podemos trabalhar para superar a desigualdade racial e construir uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária para todos os brasileiros. A criação da Lei 12.711/12, que garante o acesso ao ensino superior para alunos oriundos de baixa renda, negros, pardos e indígenas. Conforme os Artigos 1º e 3º:

Art. 1o As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 3o Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1o desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (BRASIL, 2012).

Uma das formas mais discutidas de políticas de reparação histórica é a implementação de cotas raciais em instituições de ensino superior e no mercado de trabalho. Essas cotas reservam vagas para pessoas negras e afrodescendentes, compensando as barreiras estruturais e sociais que historicamente limitaram seu acesso a oportunidades educacionais e profissionais. Ao garantir a representação dessas comunidades em espaços de poder e influência, as cotas raciais contribuem para a promoção da diversidade e a desconstrução de estereótipos e preconceitos raciais. Além das cotas raciais, outras formas de políticas de reparação incluem programas de inclusão e promoção da igualdade racial, investimentos em educação e capacitação profissional para comunidades negras, e o fortalecimento das leis de combate à discriminação racial. Essas políticas visam não apenas corrigir as injustiças do passado, mas também criar condições equitativas para que pessoas negras possam prosperar e alcançar seu pleno potencial.

Embora com todo empenho empregado constata-se o alcance apenas fracionado das ações afirmativas, exigindo do Estado uma atuação efetiva, quanto a forma de políticas públicas, bem mais direcionadas a promoção da igualdade das oportunidades no acesso ao ensino superior público. Mesmo com as críticas, o fato é que as ações afirmativas têm sido a única oportunidade de acesso ao ensino superior para grande parte da população de negra que passados tantos e tantos anos da abolição da escravatura ainda precisa ter que conviver com o preconceito e a negação dos seus direitos mesmo os básicos. (SALES e PASSO, 2018)

No entanto, as políticas de reparação histórica enfrentam resistência e controvérsias, com críticos argumentando que elas promovem a discriminação reversa ou que não são eficazes na promoção da igualdade racial. No entanto, é importante reconhecer que o racismo é um problema estrutural e sistêmico que exige uma abordagem multifacetada e comprometida. As políticas de reparação histórica não são uma solução isolada, mas sim uma parte importante de um esforço mais amplo para enfrentar o racismo em todas as suas formas.

Se tratando de educação brasileira podemos mencionar os avanços legais extremamente importantes que servem para

equiparar a população negra, que por muito tempo esteve excluída e sem direitos educacionais. Vemos que o acesso à educação foi historicamente negado a população negra, e quando a partir de lutas se conquistou esse direito, uma outra batalha se intensificou: trazer ao cenário educacional a representatividade negra na valorização da cultura e história africana e afro-brasileira. (SALES e PASSO, 2018)

Ao reconhecer e confrontar as injustiças do passado, as políticas de reparação histórica não apenas promovem a justiça para as comunidades negras, mas também contribuem para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária para todos. É fundamental que o Estado e a sociedade civil trabalhem juntos para implementar e fortalecer essas políticas, garantindo que todas as pessoas, independentemente da sua cor da pele, tenham igualdade de oportunidades e sejam tratadas com dignidade e respeito. Em resumo, as políticas de acesso para o povo negro devem abordar não apenas as desigualdades estruturais e socioeconômicas, mas também as barreiras culturais e sistêmicas que perpetuam a exclusão e a marginalização. Somente através de um compromisso contínuo com a justiça social e a igualdade de oportunidades podemos avançar na construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e equitativa.

2.3 INSERÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NA EDUCAÇÃO.

O critério racial constitui-se num desses mecanismos de seleção, fazendo com que as pessoas negras sejam relegadas aos lugares mais baixos da hierarquia, através da discriminação. O efeito continuado da discriminação feita pelo branco tem também como consequência a internalização pelo grupo negro dos lugares inferiores que lhes são atribuídos. Assim, os negros ocupam aqueles lugares na hierarquia social, desobrigando-se de penetrar os espaços que estão designados para os grupos de cor mais clara. Dialeticamente perpetuando o processo de domínio social e privilégio racial. (NASCIMENTO apud RATTS, 2006: p. 104)

A inserção da população negra no sistema educacional ao longo da história do Brasil é marcada por um percurso complexo, permeado por desafios, discriminação e luta por direitos. Desde os tempos coloniais até os dias atuais, as comunidades negras enfrentaram obstáculos significativos para acessar uma educação de qualidade e igualitária. Durante o período colonial, a educação formal estava restrita aos setores privilegiados da sociedade, excluindo deliberadamente a população negra, que era subjugada à escravidão e proibida de aprender a ler e escrever. A educação, nesse contexto, era utilizada como uma ferramenta de dominação e controle sobre os escravizados, negando-lhes não apenas o acesso ao conhecimento, mas também a possibilidade de questionar e resistir ao sistema escravocrata.

Com a abolição da escravidão em 1888, a população negra conquistou formalmente o direito à liberdade, mas a igualdade de oportunidades no sistema educacional ainda estava longe de ser alcançada. As comunidades negras enfrentaram discriminação e segregação nas escolas, com poucas oportunidades de acesso à educação de qualidade. Além disso, a falta de políticas públicas eficazes para promover a inclusão e a igualdade racial perpetuou as desigualdades socioeconômicas e educacionais.

Conforme MUNANGA (2006), o processo de branqueamento foi marcado pela promoção da mestiçagem, enquanto o negro e o mulato eram estigmatizados como um problema social, culpados por doenças e fracassos na sociedade. Essa teoria do branqueamento físico não obteve sucesso devido à demanda por mão de obra escrava, o que resultou no surgimento do branqueamento ideológico. A chamada teoria do branqueamento, denominada Eugenia, visava ocultar as diferenças sociais, sustentando que todos viviam em harmonia, embora os negros fossem ideologicamente incentivados a adotar os costumes e estética branca europeia.

Durante o século XX, a luta por direitos civis e igualdade racial ganhou força, resultando em avanços significativos na legislação educacional. No entanto, as comunidades negras ainda enfrentavam barreiras estruturais e sociais que limitavam seu acesso e sucesso no sistema educacional. A falta de representatividade nos currículos escolares, a discriminação racial dentro das escolas e as disparidades na qualidade da educação oferecida em áreas de maioria negra continuaram a ser desafios persistentes.

Nos últimos anos, segundo GOMES (2020) houve avanços importantes na promoção da inclusão e igualdade racial no sistema educacional brasileiro. A implementação de políticas de cotas raciais em universidades e instituições de ensino superior, por exemplo, ajudou a aumentar a representatividade e diversidade nas salas de aula. Além disso, programas de inclusão e combate ao racismo têm sido desenvolvidos para enfrentar as desigualdades estruturais e promover um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor para todos. No entanto, apesar desses avanços, ainda há muito a ser feito para garantir uma educação verdadeiramente equitativa e inclusiva para as comunidades negras. É fundamental que o Estado e a sociedade civil trabalhem juntos para implementar políticas públicas eficazes que promovam a igualdade de oportunidades e o acesso à educação de qualidade para todos, independentemente da sua cor da pele. Somente através de um compromisso

coletivo e contínuo com a justiça social e racial podemos superar as desigualdades históricas e construir um sistema educacional verdadeiramente democrático e igualitário.

Um modelo que auxiliou na inserção da população negra do ensino superior foram as políticas públicas de Cotas. As cotas raciais são políticas de ação afirmativa que visam promover a inclusão e a diversidade racial em instituições educacionais e no mercado de trabalho. Essas políticas foram implementadas em diversos países, incluindo o Brasil, como uma resposta às persistentes desigualdades raciais e à discriminação histórica enfrentada por pessoas negras e afrodescendentes. No contexto brasileiro, as cotas raciais foram introduzidas como uma medida para combater as disparidades socioeconômicas e educacionais entre pessoas negras e brancas. Elas reservam uma porcentagem específica de vagas em universidades públicas e instituições de ensino superior para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas. Essa política visa compensar as injustiças históricas enfrentadas por esses grupos e promover uma maior representatividade racial nas instituições de ensino.

As ações afirmativas têm, portanto, um papel importante no que diz respeito à quebra de paradigmas tradicionais, pois evidenciam que a desigualdade social está alicerçada em outros elementos para além da questão econômica. Vale destacarmos que as instituições públicas, por obrigatoriedade legal, têm aplicado a política de cotas nos processos seletivos para ingresso de estudantes e servidores. No presente artigo, analisamos o percurso de estudantes que ingressaram utilizando a opção de cotas raciais em uma instituição e evidenciamos aspectos relacionados ao cotidiano dessa experiência. (ALMEIDA e LEON, 2022)

As cotas raciais têm sido objeto de debates acalorados e controvérsias. Alguns argumentam que essas políticas são necessárias para corrigir as desigualdades estruturais e promover a inclusão social e racial, enquanto outros alegam que elas são injustas ou discriminatórias contra pessoas brancas. No entanto, é importante reconhecer que as cotas raciais são uma medida temporária e específica destinada a enfrentar desigualdades históricas e estruturais enraizadas na sociedade.

Entendemos que a política de cotas veio para promover o acesso e reparar as desigualdades sociais e raciais. No entanto, podemos inferir, sem exageros, que ela possibilita a visibilidade e a valorização da população negra, bem como explicita outras questões presentes em nossa sociedade, como o racismo e o preconceito, chamando atenção para os aspectos de vulnerabilidade nas relações socioeconômicas, políticas e culturais vivenciados pela população negra. Além disso, a possibilidade de inserção por meio das cotas raciais contribui para a valorização social e para a constituição de uma identidade do estudante cotista. (ALMEIDA e LEON, 2022)

Apesar das críticas, essa política tem demonstrado impactos positivos significativos. Pois, tem aumentado a diversidade racial nas universidades e proporcionado oportunidades de acesso à educação superior para pessoas negras e de baixa renda que historicamente enfrentaram barreiras para ingressar no ensino superior. Além disso, as cotas raciais têm contribuído para a desconstrução de estereótipos raciais e para a promoção de uma cultura de inclusão e respeito à diversidade. No entanto, é importante ressaltar que as cotas raciais não são uma solução definitiva para as desigualdades raciais. Elas devem ser complementadas por políticas mais amplas e abrangentes que abordem as raízes estruturais do racismo e promovam a igualdade de oportunidades em todas as esferas da sociedade. Além disso, é fundamental que as cotas raciais sejam acompanhadas por medidas de acompanhamento e avaliação para garantir sua eficácia e adequação aos princípios de justiça e igualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma crítica ao atraso educacional entre brancos e negros no Brasil está relacionada à persistência das desigualdades estruturais e socioeconômicas que continuam a afetar as comunidades negras, mesmo após décadas de políticas públicas e ações afirmativas. Essa disparidade educacional reflete não apenas as diferenças de acesso à educação, mas também as condições sociais e econômicas desiguais que moldam as oportunidades de aprendizado e desenvolvimento. Um dos principais pontos de crítica é a falta de investimento adequado em educação pública, especialmente nas regiões e comunidades mais vulneráveis, onde a maioria da população é negra. A infraestrutura precária, a falta de recursos educacionais adequados e a escassez de professores qualificados nessas áreas contribuem para um ambiente escolar desfavorável que dificulta o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos.

Além disso, a falta de representatividade e diversidade no currículo escolar também é uma preocupação. Muitos currículos ainda são eurocêntricos e negligenciam a história, cultura e contribuições das comunidades negras para a sociedade brasileira. Isso pode levar a uma falta de identificação e engajamento dos alunos negros com o conteúdo escolar, afetando negativamente seu desempenho acadêmico e sua autoestima. Outro aspecto crítico é a discriminação racial dentro das escolas, que pode se mani-

festar de diversas formas, desde a falta de apoio e reconhecimento dos professores até o bullying e exclusão por parte dos colegas. O ambiente escolar hostil e desmotivador pode levar à evasão escolar e ao abandono dos estudos por parte dos alunos negros, perpetuando assim o ciclo de desigualdade educacional.

As políticas de cotas raciais em universidades e instituições de ensino superior têm sido uma medida importante para promover a inclusão e diversidade racial no ensino superior. No entanto, é importante reconhecer que essas políticas são apenas um primeiro passo e não abordam as desigualdades educacionais mais amplas que afetam as comunidades negras desde a infância.

Portanto, uma crítica ao atraso educacional entre brancos e negros no Brasil está relacionada à necessidade de abordar as desigualdades estruturais e sistêmicas que perpetuam essas disparidades. Isso requer um compromisso contínuo com o investimento em educação pública de qualidade, o desenvolvimento de currículos mais inclusivos e representativos, e o combate à discriminação racial dentro e fora das escolas. Somente através de um esforço conjunto e abrangente podemos superar as desigualdades educacionais e promover uma educação verdadeiramente equitativa e inclusiva para todos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, NC Fernandes. LEON, Adriana Duarte. As cotas raciais como um mecanismo de visibilidade e valorização social da população negra. Rev. Práxis Educativa: UEPG. Disponível em < https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19365/209209216530> Acesso em: 24 abr de 2024.

Brasil. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. 1ªed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte. Autêntica: 2006.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278. <Disponível em http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf.> Acesso em 22 abr de 2024

RATTS, Alecsandro (Alex) J. P. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

SALES, Alcígledes de Jesus; PASSO, José Jovino Reis. Educação uma questão de cor: A trejetória educacional dos negros no Brasil. 2018. Disponível em < https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/educacao/educacao-questao-cor-trajetoria-educacional-dos-negros-brasil.htm> Acesso em 22 abr de 2024.